



RELATÓRIO DE GESTÃO

0 – INTRODUÇÃO

Através do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Este sistema de informação contabilística apresenta-se como um moderno sistema de contas que, integrando a contabilidade orçamental, a patrimonial e a de custos, constitui um valioso e importante instrumento de apoio à gestão das autarquias locais.

1 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Câmara Municipal da Ribeira Grande que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, a saber:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	791.255,00	832.564,55	754.694,85	90,65
1.1.1	Administração geral	713.455,00	644.589,50	566.719,80	87,92
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	77.800,00	187.975,05	187.975,05	100,00
2.	Funções sociais	7.568.266,00	6.380.062,66	5.457.231,10	85,54
2.1.1	Ensino não superior	495.816,00	582.029,58	530.257,23	91,10
2.3.2	Ação social	253.350,00	171.375,79	164.133,90	95,77
2.4.1	Habituação	1.302.699,00	1.513.570,00	1.408.305,29	93,05
2.4.2	Ordenamento do território	308.265,00	163.067,19	148.162,43	90,86
2.4.3	Saneamento	1.794.427,00	805.845,99	751.277,77	93,23
2.4.4	Abastecimento de água	518.804,00	257.807,70	242.266,51	93,97
2.4.5	Resíduos sólidos	1.161.486,00	1.156.652,41	697.031,52	60,26
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	456.987,00	702.322,32	601.482,76	85,64
2.5.1	Cultura	80.697,00	85.069,21	82.528,32	97,01
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1.050.205,00	755.598,55	651.485,69	86,22
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	145.530,00	186.723,92	180.299,68	96,56
3.	Funções económicas	3.451.515,00	6.409.050,33	6.092.925,73	95,07
3.2.0	Indústria e energia	71.639,00	16.500,31	15.415,08	93,42
3.3.1	Transportes rodoviários	2.785.170,00	5.241.038,45	4.974.390,94	94,91
3.4.1	Mercados e feiras	104.000,00	81.324,71	77.606,49	95,43
3.4.2	Turismo	470.706,00	1.027.248,86	987.157,40	96,10
3.5.0	Outras Funções Económicas	20.000,00	42.938,00	38.355,82	89,33
4.	Outras funções	382.580,00	802.580,00	802.580,00	100,00
4.2.1	Transferência entre administrações	382.580,00	802.580,00	802.580,00	100,00
TOTAL		12.193.616,00	14.424.257,54	13.107.431,68	90,87

Atingiu-se um índice de execução de 90,87% e a taxa de execução física das Grandes Opções do Plano em termos de faturação, é de **93,40%**.





Funções Gerais – Objetivo 1

Administração geral

A conservação dos edifícios do património municipal e o contínuo investimento na informatização dos serviços, bem como a aquisição de mobiliário de escritório foram as principais atividades realizadas, destacando-se:

- Empreitada de beneficiação do edifício da Câmara Municipal;
- Diverso material de escritório, como secretárias e cadeiras para substituir e aumentar os locais de trabalho dos serviços administrativos;
- Aquisição de material informático, com especial ênfase na continua melhoria de software que permite estar na vanguarda das novas tecnologias aumentando desta forma a interatividade e melhorando significativamente a rapidez na resposta aos munícipes.

Na Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, para além do apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande para fazer face a despesas de funcionamento, destaca-se a conclusão da revisão do plano municipal de emergência, tendo ficado homologado no mês de setembro de 2016.

De acordo com o artigo 19º da Lei 65/2007 todos os planos municipais de emergência têm que ser revistos, situação que não acontecia na Ribeira Grande desde 2002.

Funções Sociais – Objetivo 2

Ensino não superior

O ensino tem sido uma prioridade e preocupação deste executivo camarário. No total foram investidos cerca de 530.000 euros em 2016.

Para além de se manter a delegação de competências nas juntas de freguesia para pequenas reparações nos edifícios do primeiro ciclo, a autarquia continuou a assumir algumas intervenções de maior montante para fazer face a obras de manutenção e adaptação. Foi o caso das escolas nas freguesias da Conceição (Foros) e Santa Bárbara.

Nesta rubrica destaca-se o montante investido em projetos extra-curriculares, como por exemplo o Sala Extra, que permite apoiar os alunos do primeiro ciclo sinalizados pelos professores, para um apoio de aprendizagem mais específico.

A rede de AtI's tem sido uma aposta ganha, tendo por isso sido reforçada em 2016, devido à necessidade identificada em algumas localidades. Foi por isso possível abrir mais 2 salas ao longo do ano, estando neste momento a funcionar 13 salas no concelho, com capacidade para 275 alunos. Essa medida permitiu ainda contratar cerca de 25 pessoas, através das instituições que têm protocolo com a autarquia.

Ação Social

Em 2016 continuamos a dar prioridade à ação social. Foram investidos cerca de 164.000 euros que permitiram ajudar àqueles que mais necessitam.

Nesta área destaca-se o apoio ao programa de habitação degradada e o fundo de emergência social.

Para além disso atribuiu-se vinte bolsas de estudo de acordo com o respetivo regulamento, que foi posto em prática por este executivo camarário, sendo esta uma ajuda importante para que os alunos naturais do concelho possam ter formação superior.

Ordenamento do Território

Em 2016 deu-se passos importantes na atual revisão do Plano Diretor Municipal, estando prevista a sua implementação em 2017.



De notar ainda o Plano de Reabilitação do centro histórico e o programa de reabilitação urbana, que têm como objetivo incentivar as empresas e particulares a reabilitarem o seu património imobiliário em áreas definidas pelas ARU's (área reabilitação urbana) através de incentivos fiscais e redução ou isenção de taxas camarárias.

Saneamento e abastecimento de Água

A aposta na melhoria da qualidade de vida dos munícipes e a preocupação ambiental são preocupações constantes na nossa ação diária. Nesse sentido, têm sido feitos investimentos importantes para colmatar essas necessidades. Em 2016 foi possível uma série de empreitadas nessa área com destaque para:

- Conclusão do saneamento básico na ribeira queimada, freguesia da Maia;
- Rua Foral D. Helena, freguesia de Santa Bárbara;
- Caminho do Mato, na Lombinha da Maia, freguesia da Maia
- Avenida Joaquim Maria Cabral na Ribeirinha;
- Rua do Mourato na Ribeira Seca;
- Rua Conde Jácome Correia, na Matriz;
- Rua da Igreja, na Lomba de São Pedro.

Aproveitando as obras da nova escola Gaspar Frutuoso e a reabilitação da estrada regional adjacente, a autarquia investiu no saneamento básico naquela via, bem como nas ruas Cónego Cristiano Jesus Borges e Rua Nova.

Resíduos Sólidos

A aposta na recolha seletiva tem-se revelado bastante positiva, não só por permitir a valorização daqueles resíduos, mas porque representa uma diminuição nos resíduos indiferenciados e consequentemente menos custos para o município.

Neste programa é de se destacar a fraca execução orçamental na rubrica do serviço da recolha, com apenas 28%, que se deveu ao facto da auditoria do tribunal de contas obrigar a se efetuar novos contratos com a entidade gestora (EIRSU) e só se processar pagamentos após a aprovação desses novos contratos.

Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

Com a vinda de maior fluxo turístico e tendo o nosso concelho como imagem de marca as belezas naturais, há que ter a preocupação de se apresentar o nosso território cuidado, limpo e bem preservado. Nesse aspeto tem se investido fortemente em serviços de limpeza nos nossos jardins, trilhos e locais emblemáticos como a Caldeira Velha e Caldeiras da Ribeira Grande.

Por outro lado há também novos projetos a serem desenvolvidos, como o parque de lazer em Santa Bárbara, que se prevê ficar concluído no primeiro semestre de 2017, e novas zonas foram criadas em 2016, como um novo parque infantil na Ribeirinha.

Merece também nota o canil municipal, que se prevê ficar concluído em 2017.

Cultura

Destacam-se o apoio às associações recreativas e culturais do concelho, as atividades culturais levadas a efeito no Teatro Ribeiragrandense, bem como em várias freguesias, o apoio a iniciativas editoriais e as ações nos museus municipais e Biblioteca Municipal "Daniel de Sá".



Desporto, Recreio e Lazer

Incentivar a população para hábitos de vida saudáveis tem merecido especial atenção por este executivo camarário quer seja através do apoio direto às várias organizações desportivas, quer seja através de eventos desportivos.

Para além disso tem se investido na manutenção e melhoria dos espaços desportivos, como é o caso do campo de jogos José da Silva Calisto no Pico da Pedra, onde se melhorou as instalações da tribuna principal e se iniciou a empreitada de construção de balneários.

Outras Atividades Cívicas e Religiosas

Percebendo a sua importância para a dinâmica social e recreativa das várias localidades, as associações sedeadas no nosso concelho têm merecido especial atenção por parte desta autarquia. Desde as filarmónicas, aos escuteiros e às comissões fabriqueiras das paróquias, tem sido possível protocolar diversos apoios para fazer face às suas necessidades de financiamento em projetos que têm dinamizado as nossas localidades.

Destaque ainda para a implementação do regulamento de apoio às IPSS do concelho que permitiu apoiar as mesmas em cerca de 27.000 euros.

Funções Económicas – Objetivo 3

Indústria e energia

Este programa, que inclui a iluminação de espaços públicos, centro histórico e monumentos, atingiu em 2016 15.415,08 euros de despesa paga, bem como a elaboração de um estudo de auditoria energética.

Transportes rodoviários

A reabilitação de vias e a construção de novos arruamentos tem merecido cuidados por esta autarquia. Em 2016 foram investidos cerca de 5.000.000 euros, onde se destacam as pavimentações nos arruamentos que foram alvo de obras de saneamento básico referidas na rubrica "saneamento".

Merece ainda destaque nesta rubrica a aquisição de imóveis, no valor aproximado de 2.000.000 euros no âmbito da empreitada da frente mar (passeio Atlântico), ficando concluído todo o processo no primeiro trimestre de 2017.

Turismo

Aproveitando a oportunidade da liberalização do espaço aéreo para São Miguel que permitiu trazer companhias aéreas de voos baratos, tem-se assistido a um acréscimo de turistas e por isso tornou-se uma necessidade saber captar este fluxo de pessoas que nos visitam, tentando maximizar economicamente a sua estadia na ilha, gerando desta forma mais economia local e maior dinâmica às localidades.

Para além disso, o plano estratégico de turismo implementado há cerca de dois anos por este município, permite definir uma estratégia concertada naquilo que são investimentos necessários para gerar a dinâmica desejada.

É isso que tem sido feito, com especial relevância em trazer para o concelho eventos que geram dinâmicas locais importantes para a geração de mais receitas para o tecido empresarial local e dessa forma a criação de emprego sustentado.



Outras Funções – Objetivo 4

Transferências entre Administrações

A ligação próxima às juntas de freguesia tem permitido estar a par da realidade e das reais necessidades das catorze freguesias que compõem este concelho. Por isso, sempre que é possível, esta autarquia tem delegado competências nas juntas de freguesia para a concretização de obras fundamentais para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em 2016 foi possível, por via dessa estratégia, fazer-se contratos interadministrativos com as freguesias de Porto Formoso, Rabo de Peixe, São Brás, Santa Bárbara e Ribeirinha.

1.1.1 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2016, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos programados e executados em cada um dos grandes setores estruturais, a saber:

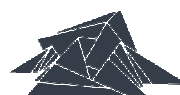
INVESTIMENTOS POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	713.455,00	754.764,55	676.894,85	89,68
1.1.1	Administração geral	713.455,00	644.589,50	566.719,80	87,92
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	110.175,05	110.175,05	100,00
2.	Funções sociais	4.048.996,00	2.789.685,47	2.398.057,19	85,96
2.4.1	Habituação	100.001,00	310.872,00	205.607,69	66,14
2.4.2	Ordenamento do território	308.265,00	163.067,19	148.162,43	90,86
2.4.3	Saneamento	1.748.280,00	775.681,27	723.335,38	93,25
2.4.4	Abastecimento de água	495.065,00	235.568,70	222.729,22	94,55
2.4.5	Resíduos sólidos	38.282,00	33.817,54	31.786,28	93,99
2.4.6	Protecção do meio ambiente e protecção da natureza	456.987,00	702.322,32	601.482,76	85,64
2.5.1	Cultura	50.001,00	16.645,14	16.644,14	99,99
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	819.405,00	519.067,55	415.665,57	80,08
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas	32.710,00	32.643,76	32.643,72	100,00
3.	Funções económicas	3.031.515,00	5.537.677,56	5.246.538,04	94,74
3.2.0	Indústria e energia	71.639,00	16.500,31	15.415,08	93,42
3.3.1	Transportes rodoviários	2.785.170,00	5.241.038,45	4.974.390,94	94,91
3.4.1	Mercados e feiras	104.000,00	81.324,71	77.606,49	95,43
3.4.2	Turismo	70.706,00	198.814,09	179.125,53	90,10
TOTAL		7.793.966,00	9.082.127,58	8.321.490,08	91,62

Atingiu-se o índice de execução de 91,62% e a taxa de execução física dos Investimentos em termos de faturação em **91,72%**.

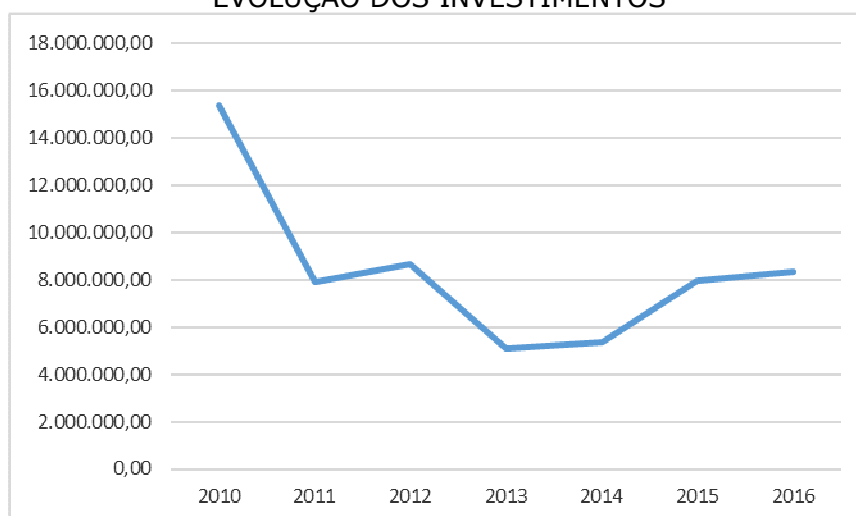
EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	€	€	€	€	€	€	€
Investimento pago	15.382.310,67	7.923.121,19	8.678.106,77	5.096.397,93	5.358.228,70	7.941.305,64	8.321.490,08





EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Os valores expressos refletem um aumento do investimento de 4,79% em relação a 2015, **atingindo em 2016, o valor de 8,3 milhões de euros.**

1.1.2 – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Na Execução Anual das Atividades mais relevantes, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2016, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes às atividades programadas e executadas em cada um dos grandes setores estruturais:

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1.	Funções gerais	77.800,00	77.800,00	77.800,00	100,00
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	77.800,00	77.800,00	77.800,00	100,00
2.	Funções sociais	3.519.270,00	3.590.377,19	3.059.173,91	85,20
2.1.1	Ensino não superior	495.816,00	582.029,58	530.257,23	91,10
2.3.2	Ação social	253.350,00	171.375,79	164.133,90	95,77
2.4.1	Habituação	1.202.698,00	1.202.698,00	1.202.697,60	100,00
2.4.3	Saneamento	46.147,00	30.164,72	27.942,39	92,63
2.4.4	Abastecimento de água	23.739,00	22.239,00	19.537,29	87,85
2.4.5	Resíduos sólidos	1.123.204,00	1.122.834,87	665.245,24	59,25
2.5.1	Cultura	30.696,00	68.424,07	65.884,18	96,29
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	230.800,00	236.531,00	235.820,12	99,70
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas	112.820,00	154.080,16	147.655,96	95,83
3.	Funções económicas	420.000,00	871.372,77	846.387,69	97,13
3.4.2	Turismo	400.000,00	828.434,77	808.031,87	97,54
3.5.0	Outras Funções Económicas	20.000,00	42.938,00	38.355,82	89,33
4.	Outras funções	382.580,00	802.580,00	802.580,00	100,00
4.2.1	Transferência entre administrações	382.580,00	802.580,00	802.580,00	100,00
TOTAL		4.399.650,00	5.342.129,96	4.785.941,60	89,59

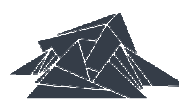
Atingiu-se o valor de 89,59% e uma taxa de execução física das Atividades Mais Relevantes em termos de faturação de **96,24%**.

1.2 – ORÇAMENTO





Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se no anexo a este relatório, os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.





1.2.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

1.2.1.1 – RECEITAS CORRENTES

Composição	Executado* 2015	Previsto 2016		Executado* 2016	
	Valor €	Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1 Impostos Diretos	3.283.385,12	3.768.818,00	3.768.818,00	3.046.220,51	80,827
2 Impostos Indiretos	59.762,27	93.608,00	93.608,00	62.405,89	66,667
4 Taxas, Multas Outras Penalidades	70.960,17	120.666,00	120.666,00	73.521,84	60,930
5 Rendimentos de Propriedade	44.376,83	39.000,00	39.000,00	28.740,21	73,693
6 Transferências Correntes	8.916.720,67	9.108.229,00	9.211.783,00	9.437.641,88	102,452
7 Venda Bens e Serviços Correntes	4.067.291,46	4.475.839,00	4.175.791,41	4.261.331,91	102,048
8 Outras Receitas Correntes	2.756,65	3.419,00	3.419,00	32.944,08	963,559
Total das Receitas Correntes	16.445.253,17	17.609.579,00	17.413.085,41	16.942.806,32	97,299

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira das autarquias, já que se trata de um fluxo monetário estável.

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e a Venda de Bens e Serviços Correntes que representam 98,83% das Receitas Correntes.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas brutas é de 97,299%.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas líquidas é de 96,911%.

De 2015 para 2016 o valor das receitas correntes aumentou 3,03%. Este aumento verifica-se essencialmente nas Transferências Correntes do FEF (2015: 6.958.298,00€; 2016: 7.036.435,00€), da Participação Fixa no IRS (2015: 579.593,00€; 2016: 605.010,00€) e da EDA pela utilização de bens do domínio público e privado municipal (2015: 0,00€; 2016: 415.718,00€).

1.2.1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2015	Previsto 2016		Executado* 2016	
	Valor €	Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
9 Venda Bens Investimento	50.079,68	56.997,00	56.997,00	58.095,60	101,927
10 Transferências de Capital	2.723.014,32	3.320.297,00	1.978.979,00	1.066.340,52	53,883
12 Passivos Financeiros	1.152.001,00	0,00	1.736.194,00	1.638.094,00	94,350
13 Outras Receitas de Capital	44.425,07	59.264,00	382.702,48	354.594,02	92,655
Total das Receitas de Capital	3.969.520,07	3.436.558,00	4.154.872,48	3.117.124,14	75,023

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.





As Transferências de Capital, que perfazem 34,21% das Receitas de Capital, resultam, fundamentalmente, das Transferências do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), e da Região Autónoma dos Açores (Contratos ARAAL).

No que concerne aos Passivos Financeiros que representam 52,55 % das Receitas de Capital, reportam-se à utilização da parte restante do empréstimo de médio e longo prazo de 2015 para aquisição de prédios para o Passeio Atlântico no valor de 717.894,00€ e de parte do empréstimo de médio e longo prazo de 2016 para conclusão do processo de aquisição de prédios para o Passeio Atlântico no valor de 920.200,00€.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas brutas é de 75,023%.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas líquidas é de 75,023%.

De 2015 para 2016 o valor das receitas de capital diminuiu 21,47%. Esta diminuição verifica-se essencialmente nas Transferências do PROCONVERGÊNCIA (2015: 1.798.865,99€; 2016: 15.340,11€).

1.2.1.3 – OUTRAS RECEITAS

			Executado* 2015	Previsto 2016		Executado* 2016	
Composição			Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
			€	€	€	€	%
15	Reposições não Abatidas nos Pagamentos		5.734,57	463,00	463,00	3.754,84	810,981
16	Saldo da gerência anterior		2.584.143,89	0,00	1.785.067,58	1.785.067,58	100,000
Total das Outras Receitas			2.589.878,46	463,00	1.785.530,58	1.788.822,42	100,184

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido é de 100,184%.

De 2015 para 2016 o valor das outras receitas diminuiu 30,93%.

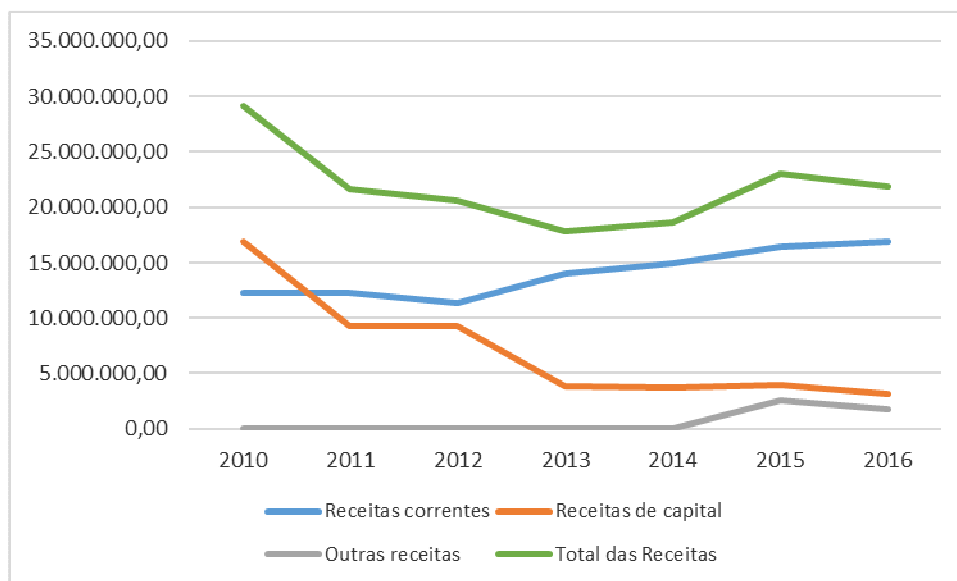
1.2.1.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	€	€	€	€	€	€	€
Receitas correntes	12.286.015,77	12.283.549,17	11.300.776,06	13.962.518,70	14.919.602,79	16.445.253,17	16.942.806,32
Receitas de capital	16.902.080,40	9.296.716,73	9.257.350,50	3.847.823,96	3.750.832,21	3.969.520,07	3.117.124,14
Outras receitas	678,17	4.947,52	16.440,00	3.985,98	916,89	2.589.878,46	1.788.822,42
Total das Receitas	29.188.774,34	21.585.213,42	20.574.566,56	17.814.328,64	18.671.351,89	23.004.651,70	21.848.752,88





EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



O índice de execução das receitas atingido é de 93,267%.

1.2.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

1.2.2.1– DESPESAS CORRENTES

Composição	Executado* 2015	Previsto 2016		Executado* 2016	
	Valor €	Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1 Despesas com o Pessoal	4.897.710,59	5.363.216,00	5.187.746,28	5.146.872,98	99,212
2 Aquisição Bens e Serviços	4.520.911,24	5.009.247,00	5.271.253,66	4.554.711,15	86,407
3 Juros e Outros Encargos	133.697,14	146.100,00	121.906,65	119.972,75	98,414
4 Transferências Correntes	213.037,16	283.500,00	219.572,92	217.297,56	98,964
5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
6 Outras Despesas Correntes	320.685,62	325.000,00	430.137,49	394.139,09	91,631
Total Correntes Despesas	10.086.041,75	11.127.063,00	11.230.617,00	10.432.993,53	92,898

As Despesas Correntes têm um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, verificando-se um aumento do seu valor (+3,44%).

Como se pode verificar, as Despesas com o Pessoal, acusaram um peso de 23,64% no Total da Despesa e a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as Despesas Totais em 20,92%.

O índice de execução atingido é de 92,898%.





1.2.2.2 – DESPESAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2015	Previsto 2016		Executado* 2016	
	Valor €	Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
7 Aquisição de Bens de Capital	7.941.305,64	7.793.966,00	9.082.127,58	8.321.490,08	91,625
8 Transferências de Capital	793.083,20	631.501,00	1.175.461,16	1.169.035,76	99,453
9 Ativos Financeiros	121.325,00	121.325,00	121.325,00	121.325,00	100,000
10 Passivos Financeiros	1.868.644,37	947.745,00	915.522,96	915.148,09	99,959
11 Outras Despesas de Capital	409.184,16	425.000,00	828.434,77	808.031,87	97,537
Total Despesas de Capital	11.133.542,37	9.919.537,00	12.122.871,47	11.335.030,80	93,501

As Despesas de Capital justificam-se, fundamentalmente, pelo engrandecimento dos investimentos efetuados na gerência e pelos passivos financeiros (amortização de empréstimos bancários).

O índice de execução atingido é de 93,501%.

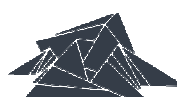
De 2015 para 2016 o valor das despesas de capital aumentou 1,81%.

Face ao significado da parcela dos Investimentos, importa referir que o seu montante representa 38,23% da totalidade da despesa e 73,41% das despesas de capital.

1.2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

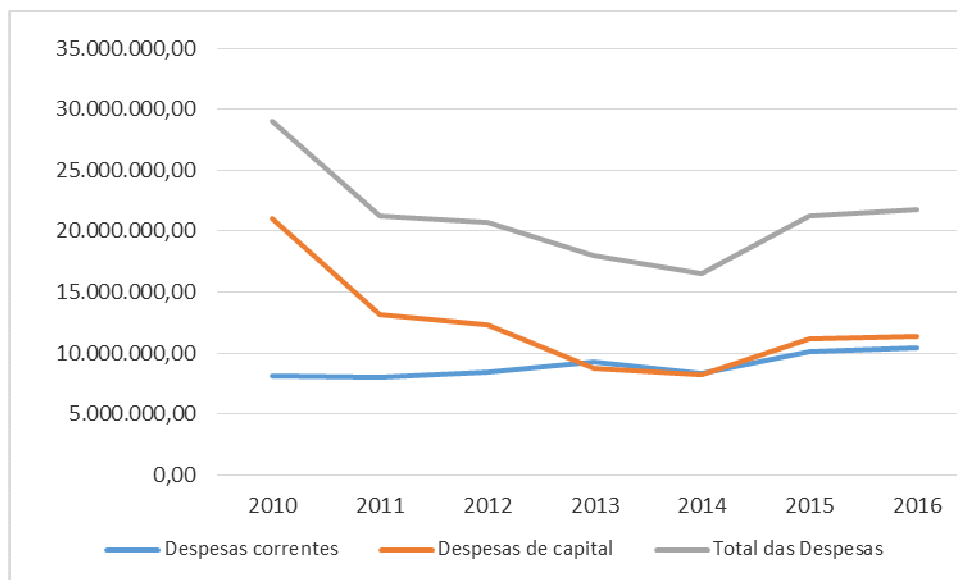
Apresentar-se-á, de seguida, a evolução das Despesas Correntes e de Capital.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	8.061.462,00	8.046.130,56	8.426.252,20	9.248.354,61	8.324.363,88	10.086.041,75	10.432.993,53
Despesas de capital	20.999.235,60	13.157.901,82	12.291.238,69	8.733.679,68	8.188.245,52	11.133.542,37	11.335.030,80
Total das Despesas	29.060.697,60	21.204.032,38	20.717.490,89	17.982.034,29	16.512.609,40	21.219.584,12	21.768.024,33





EVOLUÇÃO DAS DESPESAS



O índice de execução das despesas atingido é de 93,211%.

1.2.3 – ANÁLISE GLOBAL

1.2.3.4 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

As Receitas e as Despesas, Correntes e de Capital, apresentam a seguinte estrutura:

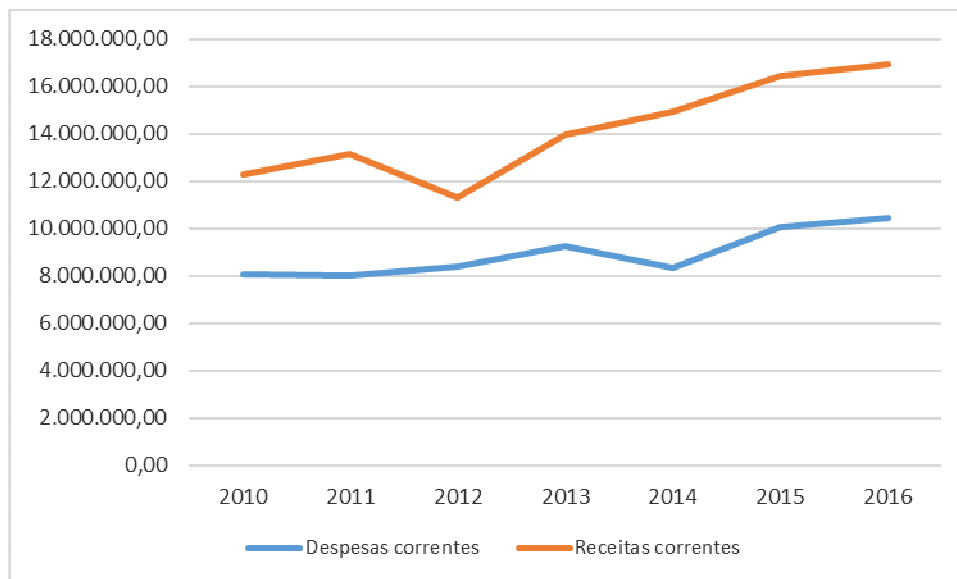
Descrição	Valor executado	%
Receitas Correntes	16.942.806,32	84,45
Receitas de Capital	3.117.124,14	15,54
Receitas Outras	3.754,84	0,02
TOTAL DA RECEITA	20.063.685,30	100,00
Despesas Correntes	10.432.993,53	47,93
Despesas de Capital	11.335.030,80	52,07
TOTAL DA DESPESA	21.768.024,33	100,00

O aspeto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das **receitas correntes superarem as despesas correntes em 6.509.812,79 euros, suportando, desta forma, uma parcela significativa dos investimentos.**





EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES

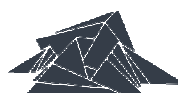


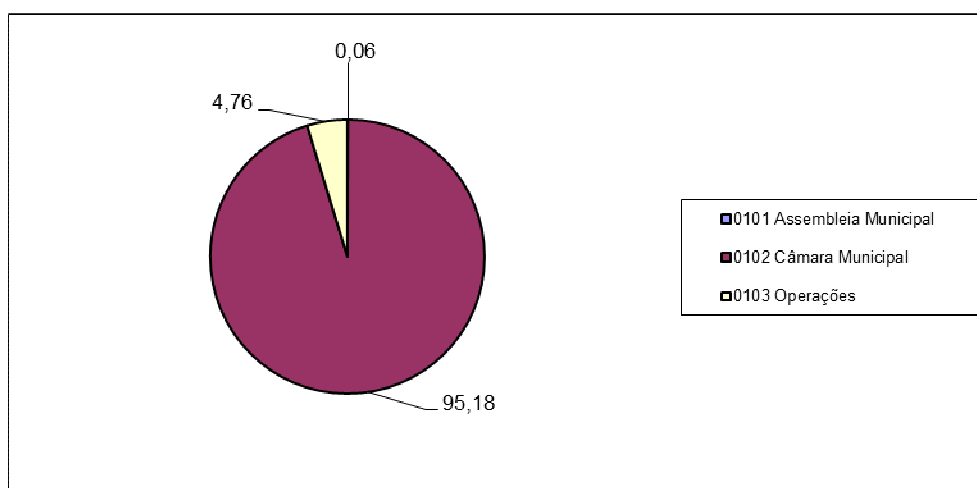
1.2.3.5 – REPARTIÇÃO POR ÓRGÃOS

Importa, ainda, referir que a utilização dos fundos da autarquia é efetuada pelos vários órgãos, as quais geram orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos.

Em 2016, a dimensão da intervenção de cada Órgão pode observar-se no seguinte diagrama:

Composição	Valor executado €	%
0101 Assembleia Municipal	14.130,35	0,06
0102 Câmara Municipal	20.718.773,14	95,18
0103 Operações	1.035.120,84	4,76
Total	21.768.024,33	100,00



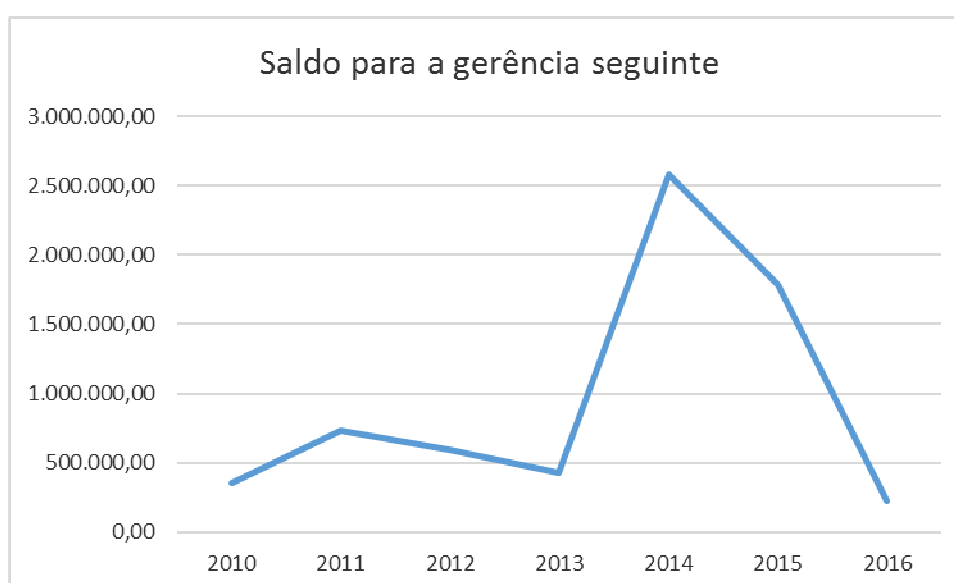


1.2.3.6 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Tendo em atenção a natureza dos fluxos monetários registados ao longo de 2016, verificou-se um superavit de 1.785.067,58 euros. Desse valor, 19,99 euros são receitas consignadas (parte restante do Empréstimo Rateio 2011 para a obra de Adaptação do edifício Paradise a Edifício de Apoio a Serviços Camarários) e 1.785.047,59 euros de receitas não consignadas.

EVOLUÇÃO DO SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	€	€	€	€	€	€	€
Saldo para a gerência seguinte	354.850,34	736.031,38	593.107,05	425.401,40	2.584.143,89	1.785.067,58	226.560,47





1.2.3.7 – RÁCIOS

Rátios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	%	%	%	%	%	%	%
1- Autonomia financeira: capitais próprios/ativo líquido	0,47	0,50	0,57	0,61	0,62	0,63	0,65
2- Cobertura do imobilizado: (capitais permanentes + proveitos diferidos)/Imobilizado líquido	0,94	0,96	1,00	1,01	1,03	1,02	1,00
3- Grau de endividamento: passivo/capitais próprios	1,12	0,99	0,75	0,64	0,62	0,58	0,53
4- Liquidez geral: (ativo circulante/passivo c.p.)	0,21	0,35	1,03	5,33	6,79	3,83	2,02
5- Liquidez reduzida: (ativo circulante – Existências)/ passivo c.p.	0,18	0,31	0,95	4,93	6,40	3,60	1,79
6- Liquidez imediata: disponibilidades/passivo c.p.	0,08	0,15	0,29	1,28	3,56	1,83	0,20
7- Solvabilidade: (capitais próprios/passivo)	0,89	1,01	1,33	1,56	1,63	1,74	1,88

A autonomia financeira da Autarquia aumentou 0,02 p.p. em relação a 2015.

O grau de endividamento diminuiu 0,05 p.p. em relação a 2015, o que significa uma diminuição da dependência da Autarquia face a terceiros.

Relativamente à liquidez, a Autarquia ficou com menos meios para fazer face às suas dívidas de curto prazo.

2 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica - financeira que se apresenta, sintetiza os resultados alcançados pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016. A presente análise deverá ser realizada em conjugação com a Demonstração de Resultados e o Balanço da Autarquia.

2.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Câmara Municipal da Ribeira Grande encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2016 com o Resultado Líquido de **3.293.668,06** euros.
As componentes do Resultado Líquido são as seguintes:





	Valor
	€
Resultados Operacionais	2.510.785,02
Resultados Financeiros	128.692,33
Resultados Correntes	2.639.477,35
Resultados Extraordinários	654.190,71
Resultado Líquido do Exercício	3.293.668,06

A estrutura de resultados apurados no exercício económico de 2016 foi fortemente influenciada pelos Resultados Operacionais.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

	Valor
	€
Proveitos Operacionais:	
Vendas e Prestação de Serviços	3.962.090,95
Impostos e Taxas	3.134.204,63
Trabalhos para a própria entidade	224.632,99
Proveitos suplementares	0,00
Transferências e Subsídios Obtidos	10.584.984,60
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00
Total	17.905.913,17

	Valor
	€
Custos Operacionais:	
Custos Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	642.712,28
Fornecimentos e Serviços Externos	6.536.771,76
Custos com Pessoal	4.967.871,67
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	217.297,56
Amortizações	2.564.383,22
Provisões do exercício	91.501,77
Outros Custos e Perdas Operacionais	374.589,89
Total	15.395.128,15

O conjunto dos Proveitos Operacionais, que em 2016 representou cerca de 87,74% dos proveitos globais da Autarquia, está fortemente condicionado pela evolução das Vendas e Prestação de Serviços, dos Impostos e Taxas, que resultam sobretudo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), e das Transferências e Subsídios Obtidos, donde se realça o Fundo de Equilíbrio Financeiro.





Os Custos Operacionais representam cerca de 89,60% dos Custos Totais. Os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações detêm um peso decisivo sobre a sua estrutura.

O grande aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos se deveu ao aumento dos custos com as reparações das escolas básicas que até 2015 eram contabilizados na classe 4-Imobilizado. Esta alteração derivou do fato das despesas de capital/Imobilizado não serem elegíveis para o FSM (Fundo Social Municipal) conforme artigo 30 da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Os Proveitos Financeiros, que incluem juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo e rendimentos de terrenos, registaram valores significativos, suficientes para cobrirem os Custos Financeiros.

Os Custos Extraordinários sobressaem ao nível dos Custos as Transferências de Capital para Juntas de Freguesia, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, e para Outras Instituições.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários, evidenciam-se as transferências de Capital recebidas (contabilizadas de acordo com a vida útil dos bens), Ganhos em Imobilizações, os Benefícios de Penalidades Contratuais, que surgem das multas, juros de mora, e dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Os Proveitos Extraordinários foram suficientes para cobrir os Custos Extraordinários.



2.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

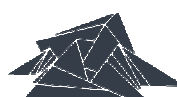
Da comparação dos Balanços, ressaltam alterações significativas na situação financeira e patrimonial da Câmara Municipal da Ribeira Grande sendo de destacar os seguintes aspetos:

	31-Dez10	31-Dez11	31-Dez12	31-Dez13	31-Dez14	31-Dez15	31-Dez16
	€	€	€	€	€	€	€
Imobilizado Bruto	136.366.473,50	142.098.318,92	146.784.479,13	149.511.221,77	156.009.085,00	163.632.403,83	171.581.192,13
Amortizações Acumuladas	10.991.340,00	13.021.460,60	14.967.686,40	17.065.356,99	19.357.521,07	21.752.129,30	24.216.062,98
Imobilizado Líquido	125.375.133,50	129.076.858,32	131.816.792,73	132.445.864,78	136.651.563,93	141.880.274,53	147.365.129,15
Ativo Líquido	127.324.995,68	131.694.845,97	135.546.554,19	135.852.638,23	142.017.978,74	146.568.385,13	149.680.909,81

- No Ativo Imobilizado Líquido observou-se um crescimento de 5,4 milhões de euros ocasionado pelo esforço do investimento efetuado no ano;
- O Ativo Líquido registou um aumento de 3 milhões de euros;

	31-Dez10	31-Dez11	31-Dez12	31-Dez13	31-Dez14	31-Dez15	31-Dez16
	€	€	€	€	€	€	€
Fundos Próprios	59.976.512,01	66.051.899,50	77.239.710,84	82.854.333,59	87.928.532,69	93.021.639,77	97.736.821,32
Passivo de Médio/Longo Prazo	12.595.975,93	10.937.981,16	12.246.178,99	10.956.705,72	9.695.339,55	8.981.420,77	9.625.994,90
Capitais Permanentes	72.572.487,94	76.989.880,66	89.485.889,83	93.811.039,31	97.623.872,24	102.003.060,54	107.362.816,22

- Os Fundos Próprios tiveram um acréscimo de cerca de 4,7 milhões de euros;
- Os Capitais Permanentes registaram em 2016, um acréscimo de cerca de 5,3 milhões de euros, devido ao aumento dos Fundos Próprios.





3 – EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O valor global das Dívidas de e a Terceiros, respeitantes aos últimos sete exercícios, é de:

	31-Dez10	31-Dez11	31-Dez12	31-Dez13	31-Dez14	31-Dez15	31-Dez16
	€	€	€	€	€	€	€
Dívidas de Terceiros							
Curto Prazo	489.184,26	815.234,20	2.081.031,14	1.872.885,96	1.884.863,70	1.833.336,07	1.339.943,26
Total	489.184,26	815.234,20	2.081.031,14	1.872.885,96	1.884.863,70	1.833.336,07	1.339.943,26
Dívidas a Terceiros							
Médio e Longo Prazo							
Instituições Financeiras	12.595.975,93	10.937.981,16	12.246.178,99	10.956.705,72	9.695.339,55	8.981.420,77	9.625.994,90
Curto Prazo	9.191.730,31	7.466.116,86	3.644.907,65	638.654,72	790.020,97	1.224.728,41	1.151.165,42
Total	21.787.706,24	18.404.098,02	15.891.086,64	11.595.360,44	10.485.360,52	10.206.149,18	10.777.160,32

Desta forma, sublinha-se que a DÍVIDA DE TERCEIROS (Ativo) motivada pelos créditos sobre utentes de rendas de habitações sociais, de rendas de bares, de ocupação do mercado municipal, de entradas na Caldeira Velha e Museus, de utentes de águas, de transferências em atraso do Governo Regional e do IHRU diminuiu 493.392,81 euros, devido à anulação dos 600.000€ do Contrato ARAAL da Rua Direita e Praças.

Dentro da dívida de terceiros a rubrica "Outros devedores" totaliza 981.188,31€, que inclui 703.173,95€ dos contratos ARAAL celebrados com a Direção Regional de Habitação (Serviço da dívida e PROHABITA do 2º semestre de 2015, 1º e 2º semestre de 2016), 143.611,54€ do reembolso de IVA da empresa municipal Ribeira Grande Mais, 35.437,50€ de devedores pela venda de património e 98.965,32€ do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (PROHABITA).

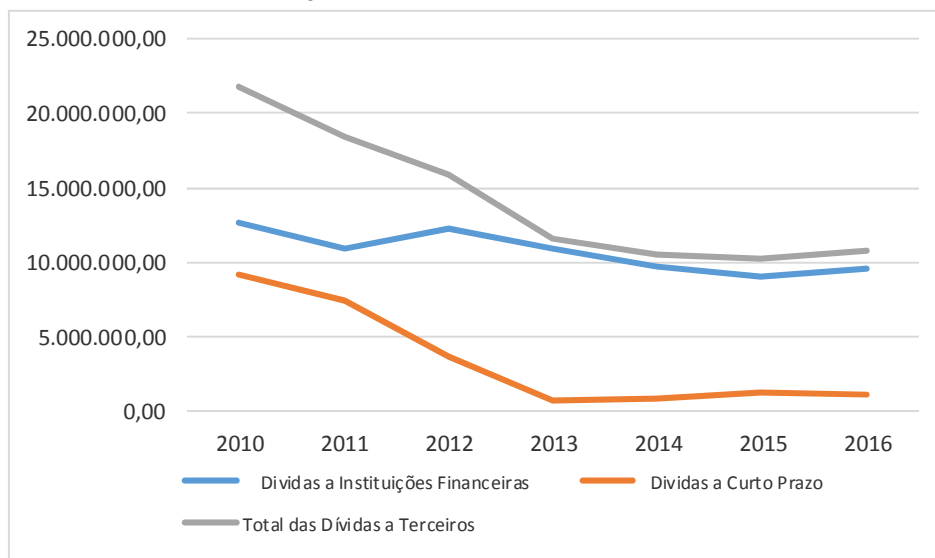
Ao nível das DÍVIDAS A TERCEIROS (Passivo), verificou-se um aumento de cerca de 571 mil euros, motivada pelo aumento da dívida a terceiros de médio e longo prazo (dívida a Instituições Financeiras) em 644 mil euros.

A dívida a terceiros de curto prazo diminuiu cerca de 75 mil euros devido à diminuição das dívidas aos "Outros Credores" nomeadamente do FAM cujo valor em 31-12-2016 é de 606.626,45€, e à entrada da receita em 2016 da restante partilha da Ribeira Grande Mais no valor de 254.730,60€ que em 31-12-2015 estava como operações de tesouraria.





EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS



4 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- Reforço do património;
- Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido e deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 3.293.668,06 euros seja aplicado da seguinte forma:

Constituição de Reservas Legais: 164.683,40 euros;
Reforço do Património: 546.857,74 euros;
Resultados Transitados: 2.582.126,92 euros.

Ribeira Grande, 29 de março de 2017

O Presidente da Câmara

Alexandre Branco Gaudêncio

